

Para: Almir Fernandes

Assessora Executiva de Licitações

Secretaria de Administração

Assunto: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

1 OBJETO

Solicito abertura de processo por inexigibilidade para Contratação de Empresa Especializada para curso em Curso de Capacitação da Escuta Especializada de crianças e adolescentes em situação de violência, conforme lei nº. 13.431/2017.

2 JUSTIFICATIVA

Esta solicitação se faz necessário devido á legislação da escuta especializada de crianças e adolescentes em situação de violência, que entrou em vigor em 2018. Por este motivo, precisa capacitar profissionais da rede de proteção para a execução da escuta protegida, à luz da regulamentação da Lei nº. 13.431/17, que versa sobre o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, bem como o Decreto 9.603/2018, que regulamenta a referida legislação. Necessita-se de capacitação para auxiliar a implantar a Nova Lei para os setores da Prefeitura de Santa Cecília para poder preparar e colocar em prática o protocolo e os fluxos de atendimento, buscando maior segurança nas ações futuras.

Segundo a Lei 13.431/2017, o procedimento de escuta protegida deve ser realizado por profissionais da rede de proteção, devidamente qualificados. Escutar uma criança ou adolescente em situação de violência se trata de uma postura ética. Significa ouvir com atenção, ter presença e consciência para que possa criar um vínculo e se conectar com as necessidades daquele que se encontra diante de você. Buscando compreender qual o lugar de cuidado que aquela pessoa te coloca enquanto agente de proteção e transformação social. Nesse momento, é preciso respeito em relação ao tempo do outro e atenção para o que é expresso naquele campo, seja de forma verbal ou por meio da comunicação não verbal, como comportamentos rebaixados e silenciamentos. Trata-se de uma relação de cuidado,

em que saber ouvir é mais importante que saber perguntar. Significa me desprender de estereótipos, preconceitos e ideais e de fato compreender a realidade tal qual se apresenta, atenta aos recursos disponíveis e potencialidades das pessoas atendidas em reconhecerem a situação de violência, romperem com os ciclos de violações e prevenirem novas situações permeadas por abusos e maus tratos. Esse é o foco da capacitação, instruir os profissionais sobre a escuta, com foco na proteção e provimento de cuidados. Para isso solicitamos para que seja dado prosseguimento ao processo de contratação, de empresa especializada, dentro dos preceitos da lei.

Os atos em que se verifica a dispensa de licitações são de exceção, porém, a adoção dessa modalidade para a contratação em tela, justifica-se a partir da extrema qualificação e idoneidade da **Empresa Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento** que será contratada, visando o interesse público e o princípio da eficiência.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente solicitação se fundamenta no inciso III, do artigo 74, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

Atendimento aos requisitos do art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133:

(...) § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

4 RAZÃO DA ESCOLHA

Por se tratar de contratação de Curso específico para Órgão Público voltado às necessidades da Prefeitura especificamente para capacitar profissionais da rede de proteção para a execução da escuta protegida, à luz da regulamentação da Lei nº. 13.431/17, que versa sobre o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, bem como o Decreto 9.603/2018, que regulamenta a referida legislação, esta empresa é reconhecida, pela eficiência de suas orientações, são dezenas de órgãos e entidades públicas atendidos em todo o Brasil.

O Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento apresenta soluções completa nas mais diversas áreas relacionadas às políticas públicas de saúde, assistência social e educação, disponibilizando conteúdo “online” e também orientações técnicas para estas áreas.

O Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento é uma com sede em Santa Catarina, voltada à capacitação de servidoras(es) que atuam no setor público ou iniciativa privada, por meio da realização de palestras, cursos, congressos e seminários. Com enfoque na elaboração de fluxos e protocolo para atendimento às vítimas de violência, somente no ano de 2022, os docentes Rudinei Luiz Beltrame e Iramaia Ranai Gallerani realizaram assessoria e capacitação dentro dessa temática para mais de 40 municípios em todo o Brasil, auxiliando as gestões municipais a qualificar o atendimento, dando mais celeridade aos procedimentos e ofertando uma atenção integral as vítimas de violência. Entre os municípios, destacam-se: **Santa Catarina:** Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Camboriú, Cerro Negro, Correia Pinto, Içara, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, Rio do Campo, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema, Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder. **Paraná:** Palmas. **Minas Gerais:** Extrema. **São Paulo:** Mongaguá. Além de diversos cursos online pelo

Instituto Cairo e capacitações presenciais em Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, voltados ao atendimento as pessoas em situação de violência. O propósito é garantir uma atuação humanizada, com qualidade ética e técnica, pautada em princípios e normativas que regem o fazer profissional em seus diversos campos.

5 JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para demonstrar que os preços praticados pelo Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento são realizados com cautela, razoabilidade e proporcionalidade a própria empresa demonstra que os preços ofertados para o contratante guardam consonância com os preços praticados no mercado, isto é, ofertados para outros órgãos e entidades públicas.

Importante destacar que, na avaliação do preço, deve-se ter em mente que o objeto da contratação envolve serviços técnicos e especializados, prestados por empresa notoriamente especializada e referência de qualidade e excelência no que faz.

Conforme valores ofertados pelo Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento em sua proposta e através de comprovações de valores do mesmo serviço realizado a outros Órgãos Públicos, configurando-se desta forma a inviabilidade de competição, prevista na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A empresa encontra-se apta para o fornecimento do serviço a ser contratado conforme certidões negativas apensadas.

Dessa forma, há interesse público na contratação, pois a empresa possui serviços com elevado grau de especialização, visando, precipuamente, capacitar os servidores públicos municipais na área Administrativa.

DETALHAMENTO DA ATIVIDADE

MÓDULO I – ACOLHIDA DA REVELAÇÃO ESPONTÂNEA

Atividade aberta aos professores, diretores, secretários, policiais, conselheiros tutelares, profissionais da saúde, da assistência social e conveniados. Será ofertado o encontro em dois períodos, para garantir ampla participação. Não tem limite de inscritos.

DATA	CONTEÚDO PROGRAMADO
1º DIA TURMA 1 08:30h às 12h	Introdução a Lei da Escuta Protegida. <ul style="list-style-type: none"> Contexto sociocultural de produção de violências; Identificação de sinais e sintomas de violência; CrITÉrios de avaliação de fatores de risco; Lei n. 13.431 e Decreto n. 9.603/2018; Conceitos de violência (física, psicológica, sexual, negligência, institucional); Diferença entre Revelação Espontânea, Escuta Especializada e Depoimento Especial; Boas práticas na atenção às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências.
1º DIA TURMA 2 13:30h às 17h	

MÓDULO II - ENTREVISTA DA ESCUTA ESPECIALIZADA

A proposta sobre o processo de entrevista de escuta especializada alude à realização de aulas presenciais que incluem o debate teórico acerca das legislações, boas práticas para atenção a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência e conceitos iniciais sobre desenvolvimento humano, bem como discussão de casos práticos e simulação do processo de entrevista por todas(os) as(os) participantes. Esta proposta limita a participação de no máximo 50 pessoas por oficina de conteúdo específico e simulação.

MÓDULO II 8h	O Processo de Entrevista da Escuta Especializada <ul style="list-style-type: none"> O conceito de entrevista; A entrevista no contexto da rede de proteção; Fases da entrevista; Práticas problemáticas e revitimização; Violência institucional e práticas de escuta inadequadas; Aspectos relevantes para realização da entrevista; Estudos sobre o desenvolvimento infantil, diversidade sociocultural e suas implicações para a atenção de crianças e adolescentes vítimas de violência; Ambiente da escuta especializada (implantação das salas para realização de escutas); O atendimento na prática e as implicações do profissional; Simulação do processo de entrevista*. Discussão e roteiros para possibilidades de intervenções em casos práticos;

Indicação das razões da escolha do prestador de serviços:

Nota: Joel de Menezes NIEBUHR ao tratar da matéria, assim se manifestou:

“... há de se separar duas questões, uma é a escolha do futuro contratado, que não precisa amparar-se decisivamente no preço, outra é a justificativa do preço do futuro contrato, que deve ser compatível com o mercado, em face de pesquisa de preços que é realizada com antecedência e que pode ocorrer independentemente da consulta direta a qualquer fornecedor ou interessado, de acordo com a Instrução Normativa nº 05, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Administração goza de discricionariedade para a escolha do futuro contratado, desde que de maneira motivada. Sob essa perspectiva, não é obrigatório que em contratação direta haja alguma espécie de disputa entre possíveis interessados. Basta, apenas, que a escolha do futuro contratado seja motivada e que o preço seja compatível com o mercado, o que não depende, insista-se, de cotação direta de preços com outros fornecedores ou interessados”⁷ (sem grifos no original).

⁴ TCU. Acórdão 1.336/06 – Plenário.

⁵ TCU. Acórdão 1.336/06 – Plenário.

⁶ TCU. Acórdão 6.301/10 – Primeira Câmara.

⁷ NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 79.

(...)

6 SINGULARIDADE DO OBJETO

6.1 Serviços técnico-profissional especializado e singularidade

Para justificar a singularidade e a especialização dos serviços oferecidos pelo Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento, conforme descrito no texto, podemos referenciar o artigo 74 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, também conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021 dispõe sobre a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Segundo este artigo, considera-se serviço técnico especializado aquele que é caracterizado pela natureza predominantemente intelectual, envolvendo dedicação e conhecimento especializado em determinada área.

A descrição dos serviços prestados pelo Instituto Ranai se alinha com o que é estabelecido pelo Art. 74, pois ressalta a especialização dos profissionais envolvidos, que possuem qualificação mínima de mestrado e experiência mínima de 10 anos. Além disso, o instituto tem foco na capacitação de servidores públicos e na

atuação em áreas específicas, como Psicologia e Serviço Social, principalmente no atendimento às vítimas de violência.

Esta singularidade é reforçada pela menção de que o serviço não é apenas único, mas também se distingue pela sua natureza, qualidade, complexidade e diferenciação. Isso está em conformidade com o espírito do Art. 74, que reconhece a importância da singularidade e da especialização técnica em determinados tipos de serviços contratados pela administração pública.

Portanto, a Lei Nº 14.133/2021, em seu artigo 74, fornece uma base legal sólida para justificar a contratação do Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento, dada a natureza especializada e singular dos serviços que oferece.

6.2 Notória especialização

A notória especialização dos informativos técnicos de assessoria, consultoria e capacitação oferecidos pelo Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento se configura como um diferencial significativo, que os exclui da obrigatoriedade de licitação. Esta exclusão se baseia na singularidade e na complexidade dos serviços prestados pelo Instituto, cuja atuação intelectual e experiência acumulada ultrapassam uma década. Tais serviços, devido à sua natureza especializada e ao alto nível de conhecimento técnico requerido, não podem ser mensurados ou selecionados por critérios objetivos convencionais, como o preço.

A evidência de notória especialização do Instituto Ranai se traduz em uma fonte de confiança e segurança para a administração pública. Isso se deve à sua capacidade comprovada de fornecer serviços de alta qualidade, o que é evidenciado pelo atendimento a mais de 40 municípios em diversas regiões do Brasil, somente no ano de 2022. Em 2023 foram mais de 12 mil profissionais que participaram das capacitações, encontros e eventos. O Instituto tem desempenhado um papel fundamental na qualificação do atendimento público, especialmente no tocante à celeridade dos procedimentos e à atenção integral às vítimas de violência. Essa trajetória confirma a adequação dos serviços do Instituto às necessidades e interesses da administração pública municipal.

A singularidade dos serviços do Instituto é demonstrada não apenas pela sua complexidade e especificidade, mas também pela relevância dos interesses públicos envolvidos, conforme exemplificado nos Acórdãos 10.940/2018 e 2.993/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU). O Ministro Benjamin Zymler, no Acórdão 10.940/2018, destaca que a singularidade de um serviço se caracteriza pela relevância dos interesses públicos em jogo.

(...) 38. Nesse sentido, o objeto é caracterizado como singular não pelas suas características abstratas, mas pela relevância dos interesses públicos em jogo: '(Acórdão 10.940/2018, 1 a Câmb., rel. Min. Benjamin Zymler).

Da mesma forma, o Ministro Bruno Dantas, no Acórdão 2.993/2018, enfatiza que a singularidade do objeto, aliada à respeitabilidade e confiança na entidade contratante, justifica a inexigibilidade de licitação.

Além disso, os Acórdãos 204/2005 e 1397/2022 do TCU-Plenário esclarecem que, em casos de contratação de serviços de notória especialização, a singularidade é determinada por critérios subjetivos. Isso permite uma margem de discricionariedade para a Administração na contratação, desde que haja a devida comprovação da especialização notória do contratado. Portanto, é evidente que o Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento, com sua expertise e reconhecimento, atende plenamente aos critérios de notória especialização e singularidade, justificando a inexigibilidade de licitação para a contratação de seus serviços especializados.

7 DADOS DA EMPRESA

INSTITUTO RANAI – ENSINO E DESENVOLVIMENTO

Razão Social: Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento

Endereço: José Victor da Rosa, Barreiros. 300. São José/SC.

CEP: 88117-405.

CNPJ: 46.757.247/0001-58

Telefone: 48 99699-3037

DADOS BANCÁRIOS

Banco: Itaú

Agência: 6546

Conta: 99336-8

Pix: 46.757.247/0001-58

DOTAÇÃO:

Destaca-se que há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para realizar a presente contratação.

Recurso: 1899 0000 0009

Despesa: 114- Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência

Elemento: 33903905

FISCAL DO CONTRATO:

Por fim, submete-se à análise jurídica o presente expediente de inexigibilidade de licitação, embasado no inciso III do art. 74 da Lei Federal 14133/2021.

Certo de vossa colaboração, agradeço cordialmente e coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

Sandra Regina Muxfeld
Secretária Municipal de Assistência Social